

EDUCAÇÃO ESPECIAL: O TRABALHO COM ALUNOS E OS ALUNOS COM DIAGNOSTICADOS COM DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM ASSOCIADOS A LINGUAGEM E A COMUNICAÇÃO

SPECIAL EDUCATION: WORKING WITH STUDENTS AND STUDENTS DIAGNOSED WITH LEARNING DISORDERS ASSOCIATED WITH LANGUAGE AND COMMUNICATION

Cibele Juliane Barros Generoso¹

Érica Cristiane Barros Moreira²

Resumo: A aquisição da linguagem faz parte do desenvolvimento histórico do ser humano, é uma das características que o diferencia dos demais animais. Por meio da linguagem os sujeitos estabelecem relações sociais, se expressam, aprendem e ensinam, compreendem os signos e incorporam padrões sociais. Entretanto, há diversos educandos que possuem

necessidades educacionais relacionadas aos distúrbios de aprendizagem associados a linguagem e a comunicação. O presente artigo apresenta como objetivo geral refletir sobre essa temática. Como objetivos específicos, pretende-se refletir sobre a diferença entre problemas e dificuldades de aprendizagem, e dialogar sobre os distúrbios da aprendizagem e

1 Licenciatura em Pedagogia (UNOESTE)

2 Licenciatura em Pedagogia (UNESP); Licenciatura em Matemática (UNIVESP); Pós graduada em Educação Especial.

a aquisição da linguagem. O texto foi elaborado por meio da revisão de literatura, com base em artigos, livros, periódicos, dentre outros materiais. Conclui-se que o atendimento educacional especializado não apresenta como público alvo os educandos com distúrbios de aprendizagem associados a linguagem e comunicação, entretanto, os profissionais da educação, comprometidos com a inclusão, devem observar e analisar as dificuldades que esses sujeitos enfrentam e buscar meios para efetivar uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Palavras-chave: Educação Especial. Distúrbios de Aprendizagem. Linguagem e comunicação.

Abstract: The acquisition of language is part of the historical development of human beings, it

is one of the characteristics that differentiates them from other animals. Through language, subjects establish social relationships, express themselves, learn and teach, understand signs and incorporate social standards. However, there are many students who have educational needs related to learning disorders associated with language and communication. This article has the general objective of reflecting on this theme. As specific objectives, it is intended to reflect on the difference between learning problems and difficulties, and to discuss learning disorders and language acquisition. The text was prepared through a literature review, based on articles, books, periodicals, among other materials. It is concluded that the specialized educational service does not have students with learning disorders associated with

language and communication as a target audience, however, education professionals, committed to inclusion, must observe and analyze the difficulties that these subjects face and seek ways to to implement a public, free, secular and quality education.

Keywords: Special Education. Learning Disorders. Language and communication.

INTRODUÇÃO

A aquisição da linguagem é uma das características que diferencia o ser humano dos demais animais, apresentando-se como um método regulador básico da comunicação. Assim, surge a necessidade de um atendimento educacional especializado para sujeitos com distúrbios de aprendizagem que se articulam à

linguagem. Reitera-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta como público alvo da educação especial “[...] educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, art. 58).

Mesmo que as pessoas com distúrbio de aprendizagem não constem na legislação como aqueles a quem a educação especial se destina, a discussão sobre as dificuldades enfrentadas nesse contexto faz-se essencial, visto que é um direito de todo cidadão receber uma educação de qualidade, que o forme integralmente, o auxilie na continuidade dos estudos e na atuação do mundo do trabalho.

O texto em questão pretende refletir sobre a educação especial e os alunos com necessidades educacionais relacionadas

aos distúrbios de aprendizagem associados a linguagem e a comunicação. Como objetivos específicos, visa refletir sobre a diferença dos conceitos problemas e dificuldades de aprendizagem, e dialogar sobre os distúrbios da aprendizagem e a aquisição da linguagem.

Como metodologia, a revisão de literatura se mostrou como propícia, pois permitiu a imersão no tema, possibilitando a análise de lacunas, limites e possibilidades sobre o universo estudado.

Observa-se que, conforme na legislação, o atendimento educacional não apresenta em seu público alvo os educandos com distúrbios de aprendizagem associados a linguagem e comunicação, entretanto, os profissionais da educação, comprometidos com a educação inclusiva, devem observar e analisar as dificulda-

des que esses sujeitos enfrentam e buscar meios para efetivar uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio da pesquisa qualitativa e com base na pesquisa bibliográfica.

Lima; Miotto (2007), p. 40 defendem que “a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando na construção ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de pesquisa”.

A pesquisa bibliográfica requer do pesquisador atenção constante aos objetivos propostos que envolvem seu estudo para que a vigilância epistemológica

aconteça.

Na pesquisa bibliográfica, a leitura apresenta-se como uma técnica principal, pois, por meio dela que se pode identificar as informações dos dados coletados no material selecionado, além de verificar as relações existentes entre eles.

Há um caminho pelo qual orienta-se a organização da leitura:

a. Leitura de reconhecimento do material bibliográfico: consiste em uma leitura rápida que objetiva localizar o material que pode apresentar informações relevantes ao tema de estudo;

b. Leitura exploratória: também consiste em uma leitura rápida, com o objetivo de verificar se as informações selecionadas interessam de fato ao estudo;

c. Leitura seletiva: procura delimitar o material que de fato interessa, relacionando-o

com os objetivos da pesquisa.

Momento em que se retém as informações relevantes e descarta as não relevantes

d. Leitura reflexiva ou crítica: consiste no estudo crítico do material, têm como finalidade ordenar e sumarizar as informações contidas ali.

e. Leitura interpretativa: é o momento mais complexo, cujo objetivo é de relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. Requer o exercício de associação de ideias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e criar.

Lima; Mioto (2007) salientam que a investigação das soluções pode envolver a construção de um instrumento que permita selecionar com mais clareza nas obras escolhidas, os temas mais relevantes para o estu-

do. Esse procedimento deve ter a finalidade de proceder a um exame minucioso das obras selecionadas, acarretando em uma ampliação separada em cada obra.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: LEGISLAÇÕES E REFLEXÕES INICIAIS.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) trata de todas as etapas e modalidades da educação básica, dentre elas o Atendimento Educacional Especializa-

do. atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação,

transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, art. 4).

Em seu 58º artigo, a legislação também traz apontamentos sobre a Educação Especial, destacando-a como modalidade escolar, que deve ser oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, apontando o público alvo de seu atendimento e objetivos.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

No ano de 2008 os educandos público alvo do AEE conquistaram novos direitos,

por meio do Decreto nº. 6.571 de 2008, denominado como “Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, reiterando o direito desses alunos frequentarem as escolas regulares, como os demais, e assegurando-lhes a garantia de espaços, infraestrutura e profissionais capacitados para lidar com suas especificidades.

Capellini; Araújo e Amorim (2015) compreendem que o AEE envolve uma série de recursos e atividades acessíveis e específicas para o desenvolvimento de educandos, que se encaixem nos moldes da legislação. Ressaltam que a formação desse educando tem características específicas, pois há necessidades que devem ser observadas, entretanto, seu convívio social, sua formação cidadã e o contado com o universo escolar não pode ocorrer de maneira segregada.

Assim, reiteram a importância do cumprimento da legislação, defendendo a permanência desses sujeitos nas salas e escolas regulares e o acompanhamento de especialistas do AEE no turno contrário, com atividades complementares e suplementares ao ensino regular. Compreende-se que o AEE não deve ser substitutivo, mas complementar,

Sendo assim, a legislação reforça esse direito

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola do ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comuni-

tárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos [...] (BRASIL, 2009).

A legislação também destaca que desde a educação infantil o educando tem o direito a receber o atendimento educacional especializado voltado para suas necessidades, por meio de avaliações periódicas, acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem, adequação dos conteúdos escolares às suas especificidades, e profissionais capacitados, conforme as necessidades exigirem (BRASIL, 1996).

Seabra Junior e Lacerda (2018) consideram que nas últimas décadas o avanço sobre as tecnologias assistivas, formação docente, detalhamento e acompanhamento desses educandos e políticas voltadas à esse cenário, constituíram-se como avanços significativos. Ressaltam tam-

bém algumas competências do AEE

adquirir os recursos necessários e adequados aos estudantes público alvo desse ensino, assim garante o artigo 59, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996), no qual é assegurada a oferta no AEE de “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades (SEABRA JUNIOR; LACERDA, 2018, p. 5).

Conforme Pasion; Mendes e Cia (2017) concordam com o posicionamento de Seabra Junior e Lacerda (2018), todavia, reiteram que a legislação por si só não garante que os direitos sejam efetivados. É necessário um

conjunto de atores que litem para a sua concretização.

Pasion; Mendes e Cia (2017) destacam a importância dos professores, pais, gestores, comunidade escolar e local no cumprimento desses direitos, pois, como cidadãos devem cobrar de seus representantes essa efetividade.

Compreendemos que

Enfim, o futuro da Educação Inclusiva no nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos (MENDES, 2010, p. 5).

Para Fantacini e Dias (2015) é preciso que ocorram mudanças estruturais, metodológicas, sociais e culturais nas concepções dos sujeitos sobre o papel do atendimento educacional especializado. É necessário entendê-lo como um direito que é assegurado a um cidadão, com necessidades especiais, mas também com potencialidades que devem ser valorizadas e ressaltadas.

Destaca-se também o papel do professor para a formação desses educandos, pois um docente comprometido com a transformação social, que compreende a democracia como essencial, e o papel dos sujeitos como fundamental na construção de uma sociedade justa, certamente terá uma didática que valorize a participação, o envolvimento, a integração dos sujei-

tos. Desenvolverá práticas que promovam o posicionamento crítico, a reflexão, o diálogo, o pensamento coletivo e social.

O professor que é comprometido com uma educação de qualidade não tem preconceito entre os seus educandos, não os diferencia ou os discrimina, ao contrário, valoriza as diferenças e utiliza delas para promover a aprendizagem. Não se compreende enquanto único detentor do saber, e escuta os alunos, valoriza seus saberes prévios e utiliza de sua formação acadêmica e conhecimentos científicos para atuar sobre as concepções ingênuas de mundo de seus educandos, instigando uma reflexão profunda e crítica.

Dessa forma, a inclusão do educando público alvo do AEE acontece, pois ele é valorizado como qualquer outro sujeito, sua participação é vista como

essencial e suas dificuldades não são alvo de preconceitos.

DISTÚRBIOS, DIFICULDADES E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

Distúrbios, dificuldades e transtornos de aprendizagem são termos relacionados, mas distintos. Entretanto, a falta de domínio teórico ou conceitual faz com que profissionais da área os utilizem de forma equivocada e aleatória, sem as específicas determinações (GIMENEZ, 2005). Mesmo não sendo possível encontrar um consenso na literatura sobre a definição dos termos, há atualmente especificações mais distintas, que auxiliam na identificação e diagnóstico desses transtornos.

Para José e Coelho (2002) os problemas de aprendizagem se relacionam com si-

tuações de aprendizagem complexas, que dificultam a vida acadêmica do educando a longo prazo. Já Ciasca (2004) compreende que os problemas de aprendizagem podem ser separados em dois grupos: o das dificuldades de aprendizagem, relacionando-se à parte pedagógica; e os distúrbios e transtornos da aprendizagem, que se articulam aos fatores físicos e ao comprometimento neurológico.

Sob a perspectiva comportamentalista, Ciasca (2004) compreende que distúrbios e transtornos são termos equivalentes, entretanto, a palavra “transtorno” é usada para indicar a existência de um conjunto de características sintomológicas ou comportamentais, observadas e reconhecidas clinicamente e associadas ao comprometimento ou dificuldades nas funções pessoais.

Ciasca (1991, p. 36) também conceitua o termo “distúrbio de aprendizagem”, compreendendo-o como

[..] genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades na aquisição e no uso da audição, fala, escrita e raciocínio matemático. Essas desordens são intrínsecas ao indivíduo e presume-se serem uma disfunção do sistema nervoso central. Entretanto, o distúrbio de aprendizagem pode ocorrer concomitantemente com outras desordens.

Assim, para Ciasca (1991) os distúrbios de aprendizagem podem ocorrer em concomitância com distúrbios sensoriais, deficiência intelectual, distúrbios emocionais ou sociais, além de se relacionarem com influências

ambientais ou culturais.

Compreende-se que não há uma única classificação para atribuir aos educandos com distúrbios de aprendizagem. Smith (2008) compreende que são sujeitos com inteligência normal, mas que, por diferentes motivos não alcançam o rendimento acadêmico esperado para a idade especialmente nas áreas da matemática, leitura e escrita. Outros são afetados em todas as áreas que envolvem tanto a aprendizagem como aspectos sociais.

Assim, os transtornos da aprendizagem podem ser divididos em: Transtorno da leitura, que envolve dificuldades em compreender as palavras escritas. Alunos com esse transtorno possuem menos habilidades na área do que alunos com baixo rendimento, muitos apresentam também, problemas na escrita e não conseguem alcançar pa-

drões definidos de acordo com a idade ou a série em que atuam; Transtorno da expressão escrita, envolve a ortografia e a caligrafia, geralmente se relaciona com dificuldades para compreender e compor textos escritos, perceber erros ortográficos, compreender a gramática, organização textual e pontuação; e Transtorno da matemática, que relaciona-se com a forma como o educando associa as habilidades matemáticas ao mundo e ao contexto, não somente às habilidades que exigem o raciocínio matemático.

Há diversos posicionamentos teóricos para conceituar as dificuldades de aprendizagem e compreender os educandos que as possuem, além de haver inúmeras teorias sobre como elas se desenvolvem e como podem ser supridas. Dessa forma, compreende-se que, do mesmo modo que há diversos tipos de manifes-

tações dos distúrbios de aprendizagem, é possível considerar também uma variedade de causas e níveis de gravidades existentes.

A literatura tem avançado nas pesquisas sobre as causas dos distúrbios, indicando que lesões cerebrais e falta de oxigênio do feto, podem ser fatores atenuantes. Entretanto, Smith (2008) compreende que a escassez de evidências físicas ou de diagnósticos médicos, torna falho o prognóstico. O autor salienta que os impactos da deficiência podem ser atenuados ou reduzidos diante do contexto. Nesse cenário, o professor exerce papel essencial, especialmente nas expectativas depositadas nesses estudantes.

Sabemos, por meio de pesquisa em educação, que, quando se estabelecem expectativas e metas baixas, os alunos normalmente as alcançam, mas raras

vezes as ultrapassam, se as metas estabelecidas para uma criança com distúrbios de aprendizagem forem muito baixas, ele talvez nunca desenvolva todo o seu potencial (SMITH, 2008, p. 117).

Dessa forma, a escola assume um papel central ao estimular esses sujeitos, apresentando meios para que suas dificuldades sejam supridas e a inclusão realmente aconteça. Compreende-se que alguns dos educandos que possuem distúrbio de aprendizagem leves, conseguem, com o auxílio e mediação adequada, alcançar e se adequar às previsões dos currículos escolares. Entretanto, há casos mais intensivos que necessitam de maior suporte.

É necessário que o professor compreenda os aspectos

relacionados com os distúrbios de aprendizagem, colocando-se no lugar do aluno, verificando como estão as esferas psicológicas, sociais e emocionais desse sujeito, se eles estão sofrendo com sentimentos de solidão, exclusão, rejeição, ou se estão sendo acolhidos, respeitados e incluídos na escola, como as demais crianças. Esse olhar atento deve perpassar toda a vida do educando, e quanto mais cedo as intervenções interdisciplinares começarem para superar essas dificuldades, melhor (SMITH, 2008).

OS DISTÚRBIOS DA APRENDIZAGEM E A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Conforme a literatura aponta, as dificuldades ou os distúrbios de aprendizagem podem se relacionar com a história prévia de atraso da linguagem ou

demais distúrbios de comunicação durante a primeira infância (SMITH, 2008). Compreende-se que a comunicação se relaciona com a linguagem e a interação, assim, é preciso que pelo menos dois sujeitos estejam presentes para que ocorra a troca da mensagem. Esses sujeitos recebem o nome de emissor e receptor.

O emissor transmite a ideia por meio de um código, compartilhando-a com o receptor, a comunicação ocorre ao passo que o receptor compreende a mensagem enviada pelo emissor. A linguagem tem significado ao passo que o código, sinais e símbolos de articulam e são compreendidos, permitindo o diálogo. A comunicação não ocorre ou acontece de forma insatisfatória, quando emissor e receptor não usam a linguagem da forma correta.

Sendo assim, é neces-

sário refletir sobre o processo de comunicação no contexto da sala de aula, especialmente observando os alunos que possuem distúrbios da aprendizagem associados a linguagem e a comunicação. Ora, se o educando, no papel de emissor, não consegue se fazer entender ou expressar seus pensamentos ao docente e aos colegas, não há comunicação. O mesmo acontece na situação inversa, quando o professor não é entendido pelo educando. É preciso compreender os ruídos e falhas nos canais de comunicação, que dificultam a decodificação da mensagem.

Smith (2008) compreende que é necessário conceituar os termos relacionados a comunicação, linguagem e fala, para que o professor atue de forma assertiva, considerando que a comunicação é a troca de conhecimentos, opiniões, sentimentos e

ideias por meio da linguagem. Já a linguagem é o método regulador da comunicação, se relacionando com sinais e símbolos que representam as ideias.

DISTÚRBIOS DE COMUNICAÇÃO

Os distúrbios de comunicação podem ser divididos em dois grupos: distúrbios da fala e distúrbios da linguagem. No primeiro caso, o distúrbio afeta a pronúncia de palavras, dificultando a clareza. Pode se relacionar com distúrbios da voz, envolvendo timbre e volume. No segundo caso, os distúrbios de linguagem se atrelam a dificuldade de o sujeito entender a escrita e a fala. Relaciona-se ao conteúdo da mensagem. Ambos não ocorrem necessariamente de forma interligada, visto que é possível ter tanto o distúrbio da lingua-

gem como o da fala.

Deve-se salientar que as dificuldades ou distúrbios de aprendizagem não se associam somente a comunicação, mas também a aspectos pedagógicos, neurobiológicos e/ou intelectuais. Exemplifica-se com o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) que é de ordem neurobiológica e provoca desatenção, impulsividade e inquietude.

A fala, conforme Smith (2008) pode ser considerada normal quando é inteligível, desagradável, ou interfere na comunicação. Há três problemas ressaltados pelo autor que afetam o processo de comunicação. O primeiro envolve a articulação, quando o som é defeituoso incorreto. O segundo problema é de fluência e associa-se, como o próprio nome diz, a fluidez e ao padrão de fala. O terceiro pro-

blema é de voz, e envolve o som, volume ou timbre, quando considerados estranhos, impróprios ou levam a estranheza.

Pedroso e Rotta (2016) apresentam alguns transtornos de fala, tais como Disartria, Disfemia, Disfonia e Dislalia. Os autores ainda destacam alguns dos transtornos da linguagem, dentre eles: Afasia, Dislexia e Disgrafia, que se relacionam diretamente ao desenvolvimento do educando no contexto escolar e social.

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NO CONTEXTO DA SALA DE AULA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO

Para incluir é necessário respeitar as diferenças, promover a qualidade de vida de todas as pessoas, sem distinção ou segregação, reconhecer e valorizar a

diversidade, garantir o acesso e a participação de todos a todo e qualquer espaço, tempo e local, sem preconceitos ou discriminação.

Sendo assim, defende-se que uma escola inclusiva é aquela que é composta por ambientes educacionais flexíveis, que lança mão de diversas estratégias educativas com base em pesquisa, que tem o ambiente físico acessível, com condições adequadas de trabalho e aberta a projetos de inclusão, que valorize as relações sociais, que estabelece parceria entre a comunidade escolar e familiar.

Mantoan (2003) aponta que a escola deverá elaborar, de forma coletiva, um bom projeto político pedagógico, com um currículo adequado à sua realidade, inserir o aluno na sala de aula, realizar as adaptações físicas necessárias e oferecer o atendi-

mento educacional especializado paralelamente ao ensino regular.

Sabe-se que a educação se constitui como um desafio, tanto para os profissionais quanto para os familiares, envolvendo planejamento físico, emocional, de recursos e de espaço, por isso, é necessário ter o domínio teórico, para compreender quais instrumentos e possibilidades se tem para superar os desafios.

O professor que atenderá na sala de AEE deverá ter domínio dos múltiplos tipos de distúrbios existentes, relacionados à aprendizagem ou comunicação, como os casos de disartria, disfe-mia, disfonia, dislalia, dentre outros. Deverá compreender também os transtornos, relacionados à leitura, escrita, expressão ou matemática. Ressalta-se alguns transtornos da linguagem que o professor deverá ter domínio, como a afasia, discalculia, disle-

xia e disgrafia.

É importante também que se tenha domínio sobre a deficiência intelectual, compreendendo que, o educando que a possui poderá ter mais dificuldade em interpretar conteúdos abstratos, estabelecer relações sociais e compreender ou obedecer às regras, exigindo estratégias diferenciadas. A capacidade de argumentação desses educandos também poderá ser afetada, por isso é preciso conhecer meios de estimulá-la.

Ressalta-se que os fatores de risco e as causas que podem levar à deficiência intelectual podem ocorrer em três fases: pré-natais, perinatais e pós-natais.

O primeiro período envolve desde a concepção ao momento do trabalho de parto e relaciona-se a alterações cromosômicas, genéticas, tabagismo,

alcoolismo, medicação inadequada, doenças maternas crônicas, gestacionais ou infecciosas na mãe, além de desnutrição materna.

O período perinatal incide do início do trabalho de parto ao 30º dia de vida do bebê e os fatores que podem ocasionar lesões relacionam-se a hipóxia, anoxia, prematuridade, baixo peso ou icterícia.

Por fim, o período pós-natal incide do 30º dia de vida do bebê até o final da adolescência, fatores que podem causar danos podem relacionar-se à desnutrição, desidratação, infecções, meningites, intoxicações, envenenamentos, uso errado de medicação e acidentes.

O professor que atuará com alunos com deficiência intelectual deverá compreender que irá lidar com crianças com diversas síndromes, como Down,

X-frágil, Prader-WILLI, Algemam, Williams, além de crianças com erros inatos de metabolismo, que sofrem com falha no crescimento, convulsões, perda de habilidade psicomotora, hipotonia, sonolência anormal, entre outros fatores.

É fundamental que o professor que lidará com o atendimento educacional especializado tenha formação específica, adequada e de qualidade, busque sempre aperfeiçoar sua prática, conhecer novas técnicas, metodologias e pesquisadores, troque de ideias com seus pares, crie uma relação afetiva com seu educando, estabeleça laços de confiança com a família e auxilie na conscientização, reflexão e debate sobre assuntos que envolvam a educação especial, o atendimento educacional especializado e a educação inclusiva (MANTON, 2004).

São diversos conhecimentos que esse profissional deve possuir, dessa forma, sua formação inicial não será suficiente para suprir a necessidade da realidade escolar, todavia, por meio da práxis, ou seja, da ação e da reflexão, esse profissional se constituirá como um ator valioso e fundamental no cotidiano da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As legislações e políticas públicas brasileiras no contexto nacional têm avançado significativamente, passando por mudanças necessárias para se tornarem significativas e aplicáveis a população. No contexto da educação especial e inclusiva, há um movimento pela busca efetiva da inclusão do educando público alvo do AEE na escola, em contextos reais e em contato com

seus pares, docentes e demais sujeitos.

Algumas ações e medidas são essenciais para a efetivação da inclusão no contexto escolar, tais como, a formação continuada dos profissionais da educação, redução do número de alunos por sala, trabalho articulado do professor da sala de recursos com o professor regular, mudanças atitudinais, pedagógicas e dos objetivos da educação escolar.

Compreende-se que a necessidade de um atendimento educacional especializado para as crianças que possuem dificuldades de aprendizagem é latente. É preciso que essa educação seja de qualidade e inclusiva, garantindo não somente o acesso ao prédio escolar, mas condições de permanência, e isso envolve a eliminação de entraves que dificultam a aprendizagem, o ensino e a par-

ticipação dos sujeitos.

Mesmo que a educação especial não apresente como público alvo alunos com necessidades educacionais voltadas aos distúrbios de aprendizagem associados a linguagem e comunicação, é fundamental que os profissionais da educação e pesquisadores tenham um olhar atento para esses sujeitos, que podem ter o processo de comunicação prejudicado por ruídos entre os modos como expressam ou compreendem os pares e demais sujeitos.

Para que a escola se efetive como um espaço inclusivo, com equidade, justiça e igualdade, todas as diferenças devem ser respeitadas e as necessidades educacionais supridas, assim como as potencialidades valorizadas. Deve-se compreender que cada educando é único e o processo de ensino e aprendi-

zagem não pode ser mecânico e tecnicista, mas transformador e libertador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 2009.

- CIASCA, S. M. Diagnósticos dos distúrbios de aprendizagem em crianças: análise de uma prática interdisciplinar. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 1991.
- CIASCA, S. M. Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ARAÚJO, Rita de Cássia Tibério; AMORIM, Gabriely Cabestré. Atendimento Educacional Especializado: revisão bibliográfica em base nacional. Revista Humanidades, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 68-83, jan./jun. 2015.
- FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tárzia Regina da Silveira. Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual. Revista brasileira educação especial [online]. 2015, vol.21, n.1, p.57-74. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382015000100057&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- GIMENEZ, E. H. R. Dificuldades ou distúrbios de aprendizagem? Revista de Educação Londrina, v. 8, n. 8, p. 78-83. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/educ/article/view/2214>>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, M. T. E. O direito

de ser, sendo diferente, na escola. Revista CEJ Conselho da Justiça Federal. Brasília, v.8, n.2, p 36-44, set. 2004.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

JOSÉ, E. A.; COELHO, M. T. Problemas de aprendizagem. 12 ed. São Paulo, Ática, 2002.

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. Cadernos de Pesquisa. [online]. 2017, vol. 47, n. 165, pp. 964-981.

PEDROSO, F. S.; ROTTA, N. T. Transtorno da linguagem. In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L. RIESGO, R. S. (Org.). Transtor-

nos de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre, Atmed, 2016.

SMITH, D. D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar; LACERDA, Lonise Caroline Zengo DE. Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico. Rev. Bras. Educ. [online]. 2018, vol. 23.